

Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária

Marisa de Fátima Lomba de Farias

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2002)
Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Endereço profissional: Rua João Rosa Góes, 1.761, Vila Progresso, 79.825-070, Dourados, MS, Brasil
Universidade Federal da Grande Dourados, Reitoria, Faculdade de Ciências Humanas – Telefone: 55 67 3411-3814
Endereço eletrônico: marisa.lomba@ufgd.edu.br

Resumo

A vida no campo se transforma cotidianamente e o camponês – mulheres e homens – convive com essa mudança, em um movimento entre a permanência e a alteração de valores que (re)estruturam a sua identidade. Para analisar o campesinato, é importante valorizá-lo em sua especificidade, considerando o momento histórico vivido. Deve-se ainda, compreendê-lo na sua cultura, na sociabilidade da família e no grupo social mais amplo no qual está inserido. Portanto, as famílias camponesas também se transformam no movimento histórico da sociedade, ou seja, diante da organização produtiva, do mercado, elementos que interferem com intensidade no seu modo de vida. E um novo contexto deve ser considerado como alternativa de recriação da vida camponesa, os assentamentos de reforma agrária. Não apenas como um projeto estatal, mas como um espaço-tempo de lavouras e sonhos, constituído por um leque de representações sociais, criado e recriado cotidianamente pelas famílias, alicerçado nos valores camponeses em busca de permanência na terra de trabalho.

Palavras-chave: família; assentamento; representação; campesinato; modo de vida.

Resumen

Plantaciones y sueños: las representaciones campesinas en los asentamientos de la reforma agraria

La vida en el campo transformase siempre y el campesino – mujeres y hombres – vive con ese cambio, en un movimiento entre la permanencia y la alteración de valores que reestructuran su identidad. El campesinado no puede ser entendido por tipologías y por algunas pré-nociones en el intento de caracterización, pero debe ser valorado en su especificidad y a partir del momento histórico que se vive. Debese aun ser comprendido en su cultura, en la sociabilidad de la familia y en la sociabilidad del grupo social más ancho en la cual está presente. Así, las familias campesinas también se transforman en el movimiento histórico de la sociedad, o sea, por la organización productiva, la organización del mercado, y por elementos que interfieren con mucha intensidad en su forma de vivir. Además, un nuevo contexto debe ser considerado como algo para la recreación de la campesina: los asentamientos de la reforma agraria. Esos serían un proyecto del estado y, también, un espacio-tiempo para plantaciones y sueños, donde existen muchas representaciones sociales, que crían e recrían las familias todos los días. Ese basease en los valores de los campesinos que buscan una permanencia en la tierra donde trabajan.

Palabras clave: familia; asentamiento; representación; campesinado; forma de vivir.

Abstract

Farming and dreams: the rural representations in the agrarian revolution settlements

Life in the country fields changes constantly and the peasant – men and women – live within these changes in a balance between permanence and value transformation that redefine their identity. Peasantry must be surrounded by typologies and by some pre-notions in an attempt to characterise it, but peasantry should be understood in its customs and traditions, in its family sociability and in its wider social group in which it is inserted. Hence, the peasant family also get transformed within the historical pace of society, *i.e.*, within the productive organization, within market, and within elements that interfere in the intensity of their way of life. Also, a new context should be considered as an alternative to the re-creation of peasant life, such as the agrarian revolution settlements, not only as an state project but also as a space-time for farming and dreams, made of a wide range of social representations, being created and re-created by the families every day, based on peasant values in the search for permanence in the land they work.

Keywords: family; settlements; representations; peasantry; way of life.

Introdução

Ao analisar alguns aspectos da vida nos assentamentos de reforma agrária, observa-se que estes se estruturam sobre uma pluralidade de esquemas de ações, que combinam diferenciações de gênero, relações de poder e de individualismo, mas também de relações de reciprocidade e de solidariedade. Tais esquemas definem aspectos na organização espacial, econômica e social na terra – lotes – e determinam as estratégias de sobrevivência das famílias, alicerçadas em representações camponesas permeadas de conotações religiosas e influenciadas pela economia moral, por relações de vizinhança e de compadrio.

O contato com as famílias nos assentamentos, proporcionado por pesquisas, possibilita apontar algumas características dessas relações que ainda persistem. Porém, estas se apresentam, agora, com outras roupagens, o que leva às investigações desse contexto como sendo uma confluência/conflito entre a experiência das mulheres, dos homens e das representações camponesas que organizam e proporcionam sentido ao vivido das famílias. (THOMPSON, 1988, 1997)

A partir da visualização de alguns aspectos intrafamiliares que demarcam as transformações da vida camponesa, desenvolveu-se uma trajetória de pesquisas¹ em assentamentos de reforma agrária sul-mato-grossenses.

A análise apresentada neste momento é fruto de pesquisas desenvolvidas com ênfase nas relações interpessoais que compõem um *enovelamento* conflituoso ao caracterizar o vivido social. Isso se faz, em primeiro lugar, pela ambigüidade e, em segundo, pela incerteza. Dessa forma, percebe-se que nestes espaços há um movimento permanente entre a dominação e a libertação. O *enovelamento* ocorre diante de um processo de definições das representações camponesas impregnadas no tecido social, direcionando as ações e as manifestações dos sujeitos sociais – mulheres e homens.

Diante desse enovelamento, busca-se, nesta análise, desvelar, por meio de estudos de documentos, de observações e de entrevistas, os meandros das relações sociais constituídas entre os entes familiares, para isso toma-se como ponto de partida e em sua centralidade as representações camponesas no sentido de adaptação, mas também de

¹ Essa trajetória vem se construindo ao longo dos anos, principalmente na região sul do estado de MS, desde o período de doutoramento. Os estudos se ampliaram nas pesquisas em andamento financiadas pelos CNPq e pela FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de MS).

resistências diante das alterações nas condições de constituição, reconstituição e, em certos casos, de dissolução da vida camponesa.

Representação camponesa para a permanência na terra: continuidades e rupturas

Para compreender a família camponesa deve-se levar em consideração as alterações sociais e os novos espaços sociais criados nos últimos anos, principalmente, os assentamentos de reforma agrária. É fundamental considerar as especificidades de sua sociabilidade e, ainda, entender, por exemplo, as relações de parentesco e de vizinhança, o projeto familiar, o processo de produção e o mercado. Ao partir desse pressuposto, é importante analisar o conjunto de forças sociais que se articulam e compõem o quadro de relações marcadas por conflitos.

Percebe-se que não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes vários atores e seus projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e os do próprio Estado. Dessa forma, nota-se um conjunto distinto de representações camponesas de viver na terra e dela retirarem o sustento. Todos esses sujeitos – mulheres e homens – procuram organizar as relações sociais de modo a apresentarem a si mesmos e à sociedade, alternativas viáveis para a conquista de uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

As antigas condições levam as famílias a redefinirem a trajetória de vida alicerçada na memória. As pessoas trazem para o presente, por meio das lembranças, um passado alicerçado em relações solidárias e de proximidade com a natureza, a terra, os mitos e as variadas religiosidades.

Sabe-se que, historicamente, no campo se compôs um cenário de relações familiares combinadas e/ou fortalecidas com o trabalho na terra, constituindo espaços de continuidades e (des)continuidades de antigos laços familiares e/ou de amizades, de manifestações culturais e/ou de sociabilidade.

As interações familiares são caracterizadas, muitas vezes, por relações míticas com a terra de trabalho, ancoradas nas representações camponesas com maneiras próprias de organizar a vida e a produção. São dimensões vinculadas que emergem das práticas cotidianas sem o sentido de acumular, isto é, sem o objetivo de controlar o espaço e o tempo da vida camponesa. (CERTEAU, 1994)

Dessa forma, a terra tem um sentido de retorno ao lar e é, ao mesmo tempo, um novo lugar para morar – esta é uma das ambigüidades fundantes da vida nos assentamentos – em que é possível reconstituir as experiências passadas trazidas pelo trabalho da memória, a fim de fortalecer a identidade camponesa, não totalmente perdida nas andanças à procura de uma vida melhor, mas já modificada. (HALBWACHS, 1990)

Essa identidade é a de um/a camponês/a que a expropriação da terra, de longa data, não conseguiu destruir, pois se verificam os resquícios emergidos na busca da legitimação do direito a essa propriedade. Assim, também se faz necessário reunir reforços para a permanência na terra.

Nesse sentido, a terra não pode ser comprada ou vendida – o que justifica a luta pela reforma agrária como um direito, uma vez que essa terra é “o lugar definitivo proporcionado por Deus às pessoas, sem distinção alguma”.

Observa-se que dessa maneira, a permanência na terra possibilita a existência e a sobrevivência da família, tendo em vista um ditado popular que aponta: “se plantando, tudo dá”. Esta crença é comum entre camponeses/as que trazem na memória um tempo de fartura.

A memória focaliza um tempo em que mesmo sem luxo a comida não faltava; o riacho estava lá à espera de alguém para nele se refrescar ou pescar; os pássaros, em quantidade, entoavam um canto, às vezes, alegre, em outras, triste.

Tais elementos simbólicos são perceptíveis nas vozes desses homens e mulheres que procuram na terra o alento para uma vida de andanças por lugares diferentes ou como eles se referem por esse “mundão sem fim”. Diante dos percursos por esse “mundão” e das dificuldades encontradas, é possível perceber que Deus é a maior força buscada para irem “levando a vida”.

A partir desse apego a Deus visualizado nas referências feitas a este, nota-se que o discurso religioso permeia o significado da terra. Esta não é vista como um elemento comercial, mas como uma divindade que possibilita a existência humana, assim como a mãe que dá a luz à criança e dela cuida por toda a vida.

A fecundidade e o aconchego dados pela terra são os mesmos proporcionados por uma mãe – *Terra Mater* – que acolhe famílias e filhos/as, concedendo a chance da realização do sonho de alcançar o *Paraíso*. Dessa forma, é possível entrelaçar tais considerações à presença divina, de onde advém a fecundidade, isto é, a capacidade que a mulher possui de dar a luz.

Esses elementos simbólicos influenciam na identidade camponesa que vai se (re)compondo na trajetória das famílias diante das transformações desse sítio familiar, com o significado da terra-mãe, mas forçado a se transformar em empresa, o que infringe a lógica camponesa, cujo trabalho familiar é um dos seus importantes alicerces. Assim, percebe-se a evidência de uma dicotomia na vida camponesa diante das transformações na sociedade globalizada.

Galeski (1979a, 1979b) destaca que a partir de dois tipos principais de organização da produção: o sítio familiar (granja familiar) e a empresa agrícola (gran empresa agrícola), ao longo da história, surgiram vários desdobramentos, possibilitando outras formas de organização da produção e da família. Dentre essas formas, o autor cita a transformação do latifúndio em agricultura camponesa e, também, do sítio camponês tradicional em sítio com características de empresa; o aparecimento da agricultura camponesa multifamiliar e da grande empresa industrial com trabalho assalariado. Diante de tais organizações, existem diversas possibilidades de interações e variações.

O autor salienta que tais transformações não fazem parte de um processo unidirecional e linear, ou seja, não há etapas sucessivas e regulares na passagem de uma forma organizativa para outra. As formas organizativas recebem diversas interferências e influências internas e externas que colaboram para um resultado sempre aberto a novas mudanças, tanto na produção quanto na organização da família.

Verifica-se, dessa forma, que alguns fatores modificam os tipos de organização produtiva agrícola tais como: o grau de dependência econômica e sociopolítica dos produtores, o tipo de mão-de-obra utilizada, a intensidade do trabalho familiar, o tamanho da área, dentre outros aspectos que variam de acordo com o cotidiano analisado e que interferem diretamente nas outras dimensões da vida camponesa, principalmente, na família.

Nesse sentido, o tema família é destacado nos estudos de Galeski (1979a, 1979b), por desempenhar um relevante papel na organização da produção camponesa. A família camponesa apresenta características diferentes da família urbana apesar de ter um vivido também estruturado por experiências nas cidades.

Tais características, porém, não podem ser tomadas como unanimidade, haja vista o processo de mudanças nas formas de produção, nos valores, nas interações pessoais e grupais. Assim, quanto maior for o grau de modernização, maiores serão as alterações na organização interna da família camponesa, incluindo as relações de dependência dos seus membros a outros segmentos sociais.

Diante de uma sociedade globalizada em que se exige uma produção para o mercado, é possível perceber a existência de um processo conflituoso vivido por esses/as camponeses/as para que possam voltar a terra; mas para as famílias o retorno significa voltar para uma terra de trabalho, a fim de plantar e viver longe das regras do patrão.

Segundo o autor, muitos estudos destacam a importância da família neste tipo de produção, porém vale salientar que na camponesa tradicional², toda a administração da propriedade é de sua responsabilidade. Portanto, sua função produtiva apresenta um papel fundamental e diferente daquele desempenhado por aqueles que estão subordinados a algum tipo de patrão.

Assim, destaca-se que na família camponesa tradicional há a satisfação das necessidades dos seus membros, por meio de laços mais definidos pela sociabilidade, pela cultura e pela dependência econômica. Desta maneira, forma-se um conjunto de relações permeadas por um modelo patriarcal que não cria condições para alternativas individuais e isoladas das necessidades e intenções de todo o grupo.

Em outras situações, esses laços são menos definidos e podem alterar-se, isso se evidencia no sítio familiar moderno e, também, em alguns lotes de assentamentos de reforma agrária, que mesmo tendo o trabalho dos membros familiares marcado por relações internas, a sua função produtiva já é limitada. Ainda, no sítio agroindustrial pode-se verificar que há uma total alteração dessas relações e características da produção familiar tradicional.

Conforme Galeski (1979a, 1979b), as mudanças que se analisam na organização social rural ainda podem derivar da interferência de sistemas econômicos, observados na relação entre consumo e atividade produtiva e podem influenciar em várias esferas da vida social.

Diante de tais organizações, verifica-se que diversas alterações ocorrem nas propriedades e são resultantes de influências de grupos políticos, religiosos e, ainda, da reforma agrária, do Estado, do mercado. O autor valoriza a análise do poder instituído na sociedade que pode criar, estimular ou constringer determinadas formas de organização agrária, passando pelo modelo hegemônico adotado pelo Estado para uma determinada sociedade.

Assim, Galeski (1979a, 1979b) trabalha com a perspectiva da mudança, uma vez que inicia sua análise com modelos tradicionais e demonstra as várias possibilidades que levam às alterações nas formas de produção agrícola e às conseqüências advindas destas alterações. As mudanças na produção podem resultar em muitas transformações sociais, principalmente, na organização familiar.

Diante de tais considerações, o autor salienta que é impróprio falar em um modelo único e uniforme de produção agrícola para todas as sociedades, tendo em vista a existência de múltiplas interferências a serem consideradas e analisadas de acordo com a realidade a ser estudada.

Destaca-se também que mesmo frente a tantas transformações no processo produtivo e, conseqüentemente, em toda a organização social rural, Galeski (1979a, 1979b) não afirma ou prevê para o futuro o predomínio da produção industrial sobre os outros tipos de produção, dentre elas a familiar, mas o autor procura entender historicamente as mudanças e as alternativas encontradas pelo camponês diante dessas alterações na sociedade.

São tais concepções que permitem perceber as alternativas recriadas no cotidiano camponês e que são observadas nos assentamentos de reforma agrária. As famílias constroem estratégias de permanência na terra, alicerçadas em resistências às imposições em nome de um modo de vida mais livre e de um *habitus* construído em outros lugares e em tempos variados (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 1983).

Nesse sentido, a conquista da terra parece oferecer aos sujeitos sociais a oportunidade de uma vida mais digna. É possível perceber que esses sujeitos alimentam anseios que povoam a memória não somente de um homem e de uma mulher, mas uma memória coletiva constituída por meio das experiências vividas e revividas por várias gerações.

² Este termo não pressupõe o atraso ou a pobreza como costumeiramente é usado, mas sim, pensando as características que acompanham a família e a produção da pequena propriedade, envolvendo sua cultura e sociabilidade.

Mesmo que em tempo recente, esses homens e mulheres não tenham construído modos de vida rurais, estes compartilham da experiência e da nostalgia do *Paraíso* e, ainda, da *Terra Mater*. Esta “mostra-se como mãe e nutridora universal”, ao compor um *cosmos* em que se “manifestam a ordem, a harmonia, a permanência, a fecundidade” (ELIADE, 1996, p. 100). A *Terra Mater* encerra, em si mesma, um relacionamento místico com a fecundidade da mulher; dessa maneira, “a sacralidade da mulher depende da santidade da terra. [...] A fecundidade feminina tem um modelo cósmico: o da *Terra Mater*, da Mãe universal” (1996, p. 121).³

Aos olhos das famílias, a terra é o aconchego, o porto seguro, o *Paraíso* banhado pela fecundidade da terra e da mãe. Ambas são nutridoras de sonhos e acalentos que povoam os projetos e os desejos de homens e mulheres na busca de um lugar para reescreverem suas histórias. Este conjunto de representações do *Paraíso* é o suporte para fortalecer a decisão tomada pelas famílias de deixarem outros lugares, outras relações sociais com o intuito de lutarem por terra.

A nostalgia, neste caso, é perpassada de significados que refletem a situação do homem, da mulher e de suas identidades camponesas, o que os impulsiona a buscarem um futuro correspondente às suas necessidades e aos seus desejos, sem que o *habitus* seja negado.

Esses significados são incorporados e proporcionam sentido às ações dos sujeitos sociais. Já as representações camponesas contribuem para criar mecanismos de resistência ao processo de profissionalização do agricultor diante do surgimento de atividades agroindustriais.

A exigência de inserção no mercado resulta na divisão social do trabalho agrícola. Muitas dessas atividades levam à fragmentação do trabalho familiar, sua separação da própria terra, o que altera as características das atividades anteriormente desenvolvidas, destinadas apenas à reprodução da família camponesa.

Assim, Galeski (1979a, 1979b) aponta a existência de uma certa especificidade nos valores desejados pelas famílias camponesas. Estas não concebem a propriedade para sua ascensão econômica, mas as motivações que as aproximam da terra estão direcionadas à satisfação de suas necessidades, à reprodução e bem estar dos filhos. Percebe-se assim que as representações camponesas motivam a atividade ocupacional na propriedade e o mercado, neste caso, não tem papel prioritário.

As famílias camponesas constroem a representação nos assentamentos de reforma agrária no processo de efetivação de sua identidade, no jogo entre situações de dominação e de libertação em um movimento de imposição de poder de indivíduos e do mercado, o que as levam a estruturarem resistências simbólicas diárias contra as imposições.

Verifica-se que a representação ao mesmo tempo em que é criada e apropriada, atua como prática social, dando à vida cotidiana um movimento constante entre o espaço-tempo e o devir, proporcionando coloridos diversos às relações tecidas na busca pela permanência na terra.

Portanto, a representação é considerada como *presença* e *ausência*, construídas em um *continuum* de ações, em que a família camponesa vive situações em que explora os possíveis. A família parte das representações e edifica um outro conhecimento de sua condição no mundo, tendo em vista a exploração de rupturas no tecido social. As representações podem, então, criar brechas de transformações no cotidiano em situações de conhecimento e desconhecimento (LEFEBVRE, 1983).

Ressalta-se que as representações também são efetivadas em movimentos que podem levar à conservação das relações de controle e de dominação. Essas representações são conservadoras das situações de controle quando são naturalizadas e aceitas socialmente e, também, quando tomam formas, têm significados, o que fortalece o senso comum.

³ Podemos citar também: “Terra-mãe como definidora da identidade dos trabalhadores assentados”. Conf. D’AQUINO, 1997.

Dessa maneira, há um impedimento de análise da vida cotidiana e as pessoas acreditam nas próprias condições existenciais, que são, nesse momento, *ausência*, ou seja, respostas que se colocam no lugar do possível histórico. Para tanto, criam e resignificam símbolos, linguagens, noções e figuras, que articulam e solidificam o conhecimento do senso comum.

Sabe-se que o senso comum quando pouco explorado impede as rupturas, uma vez que naturaliza as concepções que, envolvidas por representações, dão continuidade às relações de domínio e de poder.

Tal cenário é observado diante de alterações na propriedade ou diante da exigência de mecanização da agricultura, o que gera mudanças na situação ocupacional dos membros da família ou até no seu assalariamento ou de outros na propriedade. Percebe-se, diante disso, as transformações que fazem parte de um processo exterior à propriedade e consistem em mudanças no mercado e na indústria, além de intervenções estatais.

As atividades desenvolvidas pela família camponesa se modificam, sendo, muitas vezes, transferidas para a agroindústria, aumentando o processo de profissionalização dos indivíduos, ou seja, a família passa a desenvolver outras atividades que modificam a propriedade e a organização espacial, isso possibilita a ligação de algumas áreas ao complexo industrial urbano e, ainda, a saída de membros familiares para exercerem atividades exteriores ao lote.

Diante de tais características que transformam as condições da produção camponesa, observam-se mecanismos de resistência criados pela família que revigoram normas, valores morais, crenças e costumes fundamentais na natureza do conhecimento.

Percebe-se que esse conhecimento também é calcado na experiência acumulada, nas formas de transmissão cultural aos filhos, em que se nota uma conotação de tradição e conservadorismo do trabalho camponês e, ainda, marca uma relação de resistência a certas transformações. Essa resistência se evidencia em relação à escola, pois esta transmite saberes diferentes do saber-fazer do/a camponês/a, o que gera uma resistência ao avanço técnico que transforma a relação de trabalho inerente à organização familiar.

Diante disso, verifica-se que a vida camponesa se recria em um processo dialético, em que essas pessoas entendem a si mesmas e as outras em um espaço social de conflitos, mas rico em possibilidades de construção de modos de resistência, onde se alicerçam antigas relações ou se reconstróem outras.

Percebe-se que há uma história sendo escrita diariamente, que assimila, mas também modifica aspectos da realidade. Assim, homens e mulheres compõem uma experiência camponesa viva em toda a sua existência, revelada e expressada nas manifestações culturais, nas relações sociais, nas escolhas – na verdade, são opções por valores –, no seu cotidiano, o que dá lugar a um conjunto de conhecimentos vividos que se projeta para o futuro na composição da consciência.

O cotidiano camponês é um espaço-tempo enredado sem marcos precisos que, ao mesmo tempo, domina e limita as sensações, as percepções, as emoções, os desejos e, como nada é definitivo, abre suaves proporções de transformação. As situações de transformações se edificam vagarosamente, na medida em que as pessoas se comunicam, são criativas, mostram sua indignação, se revoltam, enfim, agem, reagem, choram, se emocionam e fazem dos momentos vividos, tempos de recomeçar, tempos de lavouras e sonhos (PÉREZ, 2003).

Esse recomeçar é marcado pela presença da ajuda divina que, segundo as famílias, atua em qualquer situação. Isso se revela na crença em dias melhores, na chuva que virá para produzir os frutos do trabalho e na “vaquinha” que proporciona o leite das crianças. Assim, observa-se que as famílias *levam* a vida de maneira difícil, mas certas, conforme o afirmado por elas, que “Deus ajuda quem cedo madruga”.

Para isso, contam com os valores criados nas relações sociais de compadrio, de vizinhança que, mesmo um pouco esmorecidas pelas mudanças no modo de vida, são as referências que fortalecem o *habitus* e mantêm os laços com a memória camponesa.

Possivelmente, esses antigos valores camponeses incorporados na trajetória de vida reaparecem fortalecidos no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária, orientando as ações das famílias, como será analisado a seguir.

A (re)construção da nova vida nos assentamentos de reforma agrária: continuidades e rupturas

Geralmente, após um longo período de acampamento, as famílias passam pelo sorteio e finalmente chegam a terra – seu lote – nos assentamentos de reforma agrária, um lugar que traz para o presente um leque de experiências de um passado ainda vivo em suas memórias. Este passado é reinterpretado com elementos do presente por meio do trabalho de lembrar, para isso o sujeito lança mão de referências ainda vivas em sua subjetividade e assim são revigorados os sentidos de lugares de classe-, as redes de relações; o campo e a cidade, presentes no vivido das famílias que apresentam várias andanças.

As famílias não são mais do campo e nem da cidade, estão à procura de um lugar para ser seu e que será o espaço de reconstruções, ressurgindo as relações camponesas perdidas no caminho. Outras relações são construídas e solidificadas por sentimentos de solidariedade, de companheirismo, como também de relações de domínios e exploração de uns sobre os outros.

Permanece no “subterrâneo da memória” uma saudade do passado de simplicidade, sem regalias, mas de fartura. Trata-se de rememorar a experiência com a perspectiva de idealização de uma vida futura.

Muitas famílias construíram tais experiências diante da expropriação da terra, vivem há muito tempo de “bicos” nas cidades, de bóias-fria, de arrendatárias ou mesmo desempregadas. Mas se lembram de ter ouvido de seus pais e avós os relatos de um tempo de sossego, de um lugar em que a vida estava baseada nas relações familiares de parentesco, em que a terra e a família eram indissociáveis.

Desse modo, as famílias com características camponesas mais ou menos solidificadas buscam, em suas lembranças, estímulos para enfrentarem os desafios de retorno a uma vida concreta ou alcançar uma vida imaginada que está presente no desejo de melhorar de vida, com perspectiva de criarem os filhos com alternativas de sucesso e mais fartura. Estes elementos compõem um projeto familiar já existente, mas que se reconstrói cotidianamente.

O desejo de mudarem de vida, de buscarem um lugar como “morada”, incentiva as famílias, mesmo aquelas que viviam há tempos na cidade, uma vez que procuram no campo o lugar para “fincarem raízes”, por entenderem que conseguirão “lidar” com a terra.

A terra, como uma mãe, acolhe, aconchega seus filhos e filhas, diferentemente da cidade, onde as famílias enfrentam desafios e concorrências desiguais. No espaço urbano, são exigidos conhecimentos específicos das famílias, que não estruturam seu modo de vida e suas representações camponesas e, ainda, um nível mínimo de escolaridade. As pessoas esperam com o acesso a terra, fugirem do desemprego, que desestrutura o projeto familiar, colocando em risco a reprodução da família.

A reforma agrária, como se verificou nas pesquisas, traz a possibilidade concreta de essas famílias terem a terra – o lote – que não conseguiriam comprar. E esta se torna o lugar de reconstrução da vida e, por isso, é redimensionada conforme os componentes da memória camponesa de cada família. Isso é feito diante dos traços de experiência e dos desejos mais profundos, nem sempre relatados, mas observados na organização das atividades do dia-a-dia, na convivência entre os assentados.

A conquista da terra perpassa também a esperança dos assentados em romperem com a insegurança, o desconforto, enfim, com a precariedade da vida na cidade. Porém, deparam-se com o dever de produzir e permanecer nessa terra. Assim, inicia-se a ambigüidade da vida-travessia no assentamento, onde as relações tecidas na convivência

entre os grupos não estão livres de conflitos, principalmente, frente às diferenças nas formas de produção.

Tais conflitos são constituintes deste processo de construção do novo lugar, em que as famílias reconstróem seus ideais, suas identidades e seus projetos familiares, partindo de tensões, desequilíbrios emocionais individuais e coletivos, mas também de alternativas que abrem aos sujeitos inúmeras possibilidades para o exercício de sua cidadania, feita em um processo, talvez o único, que pode levar a um *novo modo de vida*.

Mesmo que este projeto possa ser reconstruído e modificado, tendo em vista que recebe influência dos mediadores e se depara com uma nova realidade, ou seja, com um processo de construção-desconstrução da identidade familiar camponesa, estas famílias mantêm suas raízes e algumas características em que estão arraigadas.

Os projetos familiares não são visualizados com facilidade, uma vez que estão diluídos no cotidiano, nas estratégias camponesas de permanência na terra, nas ações mais simples que, indiretamente, compõem o imaginário dos sujeitos – mulheres e homens – que almejam um futuro diferente, com mudanças concretas, com melhoria de padrão de vida, com acesso a bens de consumo, à educação, à saúde. Enfim, esperam efetivamente a melhoria de vida para toda a família. Um projeto em gestação desde o acampamento, momento em que optaram em permanecer acampadas, esperando a desapropriação da fazenda.

O acesso a terra permite às famílias a perspectiva de melhoria de vida, de autonomia e liberdade de controlar os rumos do projeto familiar. Isso se revela quando muitas deixam de “viver de favor”, conseguem a casa, a terra, onde é possível criarem os diversos animais. Dessa forma, o sonho acalentado de uma vida melhor começa a se concretizar com o acesso a terra, alcançada por meio do processo de ocupação, o que desencadeia transformações nas subjetividades e no vivido, com rupturas e continuidades.

Esse conjunto de esperanças – lavouras e sonhos – está enraizado no projeto familiar em um movimento dialético entre os significados do passado, do presente e do futuro. Tal projeto se refaz, neste momento, com um significado novo, porém ancorado em dimensões passadas, aberto para o novo tempo dessa família.

Essas famílias, geralmente, tiveram uma vida errante, de fazenda em fazenda, sofrendo a dominação do patrão, vivendo a condição de expropriados da terra, ou ainda, são famílias com uma trajetória urbana, por vezes, pessoas desempregadas buscando na terra a alternativa de trabalho e de sobrevivência.

Mesmo com algumas diferenciações, as famílias demonstram uma ação de resistência e de recriação de experiências, de relações sociais e de um novo modo de vida. Estas trazem em sua memória o potencial de luta e de resistência que se cristaliza no momento da opção pela vida na terra.

Este conjunto de características aponta, de forma velada ou não, uma variedade de relações construídas ao longo da vida destes sujeitos. São as representações camponesas de um saber-fazer transmitido de geração em geração, construído fora e dentro do âmbito familiar.

O saber-fazer pode permanecer sem alterações, pode ser reconstruído ou pode ser descartado pelas famílias. Isso mostra que há uma elaboração constante nas relações familiares em que os membros pensam sua própria história, suas fraquezas e suas conquistas, envolvendo as diferenciações internas, o auto-reconhecimento, os limites simbólicos de pertencimento ou não-pertencimento do grupo, o sentido dessas relações e os princípios que as permeiam.

Percebe-se que as relações com experiências mais remotas e mais atuais colaboram subjetivamente para que as famílias definam o tipo de organização que desejam para a nova vida. É claro que sofrem influências externas, principalmente, ao incorporarem certos princípios dos mediadores que são componentes ideológicos sólidos do período de acampamento transmitidos nas reuniões, nos encontros, nas discussões acerca dos tipos de produção, com ênfase à coletivização do trabalho e de outras dimensões da vida que passariam por novas etapas no assentamento.

As famílias camponesas alimentam um sonho que, ao poucos, fica mais próximo, vai sendo concretizado e transforma-se em um projeto. Esse sonho envolve passado, presente e futuro e se alicerça na perspectiva de melhorar de vida, de “sair da enxada”, de trabalhar em atividades mais leves.

A concretização desse sonho passa pela fé na ajuda divina, que nunca falta, mas também perpassa pelos desejos do homem voltados à produção agropecuária e aos da mulher direcionados a casa e ao conforto que poderão conquistar, já que o lote foi o primeiro passo, marcando a continuidade da travessia iniciada pelas famílias no acampamento.

Assim, essa terra conquistada tem um valor simbólico, ligado ao campo econômico, sem sentido de acumulação, por possibilitar a sobrevivência e a reprodução familiar com ênfase no âmbito social, pois poderá abrir um caminho de liberdade diante das amarras que ligavam a família ao patrão ou a outro tipo de limitação de sua autonomia, imposta pela expropriação e exploração advindas das relações capitalistas de produção.

Dessa forma, ao chegarem a terra, não se trata mais do “lote” conseguido por meio da reforma agrária, uma vez que conforme o tipo de organização escolhida (coletiva ou individual), o lote é transformado no sítio, “espaço simbolicamente central do *mundus* camponês” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 59), com um nome, uma organização espacial específica, uma terra boa ou fraca, uma nascente ou um rio; enfim, é a “morada a vida” (HEREDIA, 1979).

Tais considerações podem ser ampliadas tendo como referencial as reflexões de Mendras (1978, pp. 190-192). Este autor salienta a ocorrência de tais representações também no século XIX, quando a terra era vista pelos camponeses como um meio econômico de sobrevivência e um mecanismo de independência em relação às autoridades, ou seja, era concebida como a possibilidade de liberdade.

Nesse sentido, as famílias ao tornarem-se proprietárias de uma parcela de terra poderiam controlar a sua própria vida, as suas vontades, os seus desejos e os seus anseios. Portanto, o amor a terra estava articulado a dois fatores importantes: à racionalidade econômica e à exigência de liberdade.

Para que isso fosse possível, a terra teria que ser sua, uma terra particular, onde os costumes e os valores ancestrais estariam permeando e simbolizando a continuidade da família. Segundo o autor, essa ligação sentimental do camponês com a terra só ocorria com a propriedade individual.

Nos assentamentos, verificamos que as famílias deixam emergir sentimentos que passam por esse tipo de racionalidade, pois estão voltadas para uma concepção de propriedade privada diferente da propriedade capitalista. É uma ponte para a realização de etapas do sonho do projeto futuro – conquistar a terra com a ajuda de Deus, comprar um carro, melhorar a produção agrícola e a criação de gado (“vaquinha” que produz o leite), arrumar a casa, comprar móveis, enfim, oferecer aos filhos uma vida sem miséria.

Como se verifica na obra de Sartre (MÉSZÁROS, 1991, p. 78), o presente torna-se uma chave que pode abrir diversas dimensões e aclarar um passado que é sua própria referência, lançando ao futuro a possibilidade do devir. É um movimento dialético entre presente, passado e futuro.

Nesse sentido, o passado não é uma imagem longínqua, morta e sem sentido, ao contrário, é a abertura para novas perspectivas e iniciativas, pois neste exercício de rememorar os dilemas e os desafios vividos, bem como as alternativas criadas, ganham sentido e corpo na experiência de cada sujeito. “O passado é inesgotável não em si e por si, mas sim em virtude do fato de que está objetivamente vinculado ao futuro que nunca está completado” (MÉSZÁROS, 1991, p. 82).

O novo modo de vida é construído a partir de velhos e novos fragmentos, velhos e novos sonhos, velhos e novos projetos que definem a travessia cuja gênese dá-se nos acampamentos, trazendo intrinsecamente a ambigüidade como princípio estruturador da vida nos assentamentos, tanto que o resultado pode ser frustrado, principalmente, diante de algumas tentativas de produção não capitalistas, integradas ao capitalismo, que traz em seu

bojo a mercadoria a ser consumida, vislumbrando uma vida de comodidade e de consumo, especificamente, para os filhos.

Muitos obstáculos surgem na travessia, caracterizados pelo sentido dual entre as expectativas e as condições objetivas, entre o positivo e o negativo, estes elementos são constituintes da vida enquanto tentativa de concluir essa travessia.

As famílias relembram com saudades o retorno a terra, o tempo da infância no campo, rompido, muitas vezes, pela dívida com o banco, que expropriou a família do aconchego do sítio, da fartura, da vida sossegada. Dessa forma, chegar ao assentamento é mais que isso, é conseguir alcançar o sonho de regressar a terra que, neste momento, é sua e de sua família.

Diante disso, pode-se verificar que no assentamento, há uma situação ambígua, pois se encontram algumas famílias que possuem valores morais alicerçados na cultura popular tradicional, porém já modificados; e outras cuja vida de migrações alterou visivelmente sua cultura, fazendo com que a experiência, que marca as escolhas de estratégias de permanência na terra, seja urbana.

Porém, as famílias procuram, de certa forma, retomar e/ou reestruturar alguns valores, seja da vida passada, seja da incorporação de orientações e princípios dos mediadores ou ainda das novas relações tecidas nos acampamentos e nos assentamentos, das orientações dos agentes técnicos do Estado, da Universidade.

Essa realidade faz pensar a interpenetração rural-urbano que marca a vida das famílias nos assentamentos e nas cidades em seu entorno, com produções agroindustriais, cujas fronteiras são desfeitas, pouco a pouco, e as relações presentes no campo e na cidade se misturam, na reconstrução de expressões culturais e da própria experiência dos sujeitos sociais.

Portanto, nos assentamentos de reforma agrária, depara-se com resquícios da cultura camponesa que também não é mais a mesma, pois não apresenta características puras. São expressões culturais recriadas com elementos do novo rural-urbano, do arcaico e do moderno a estruturarem, segundo Galvão (1986, p. 13), uma “ambigüidade instauradora”.

Esta autora, ao analisar a obra *Grande Sertões Veredas*, de Guimarães Rosa, mostra a ambigüidade fundante da vida de Riobaldo e das relações tecidas naquele vivido. É esse sentido de ambigüidade que se empresta da autora para compor o quadro analítico dos assentamentos.

Trata-se de uma “vida difícil de ser vivida”, em um contexto em que estão presentes o antigo e o novo, resquícios de uma cultura costumeira, e a novidade do mercado; trata-se, assim, de “um padrão dual corrente. A coisa dentro da outra, como o batizei, é um padrão que comporta dois elementos de natureza diversa, sendo um o continente e o outro o conteúdo” (GALVÃO, 1986, p. 13).

Sob essa perspectiva, a travessia é a incompletude permanente da vida camponesa se reestruturando nos assentamentos, é a mudança com continuidade, é o moderno com resquícios do arcaico, é o querer ser moderno sem esquecer o passado, que é recriado pela memória das famílias na redefinição desse presente em vista de um futuro inconcluso e indefinido.

A travessia é como um rio de abundante água a guiar e, ao mesmo tempo, dificultar a passagem, pois nela podem-se encontrar limites quase intransponíveis que demandam esforços variados, além da surpresa que constitui tal tarefa de chegar a algum lugar, no novo lugar, no ponto de chegada, que se configura no imaginário de cada família, como no de Riobaldo, o personagem de Guimarães Rosa, que mostra as dificuldades da vida que “é um vago variado” (ROSA, 1963, *apud* GALVÃO, 1986, p. 90).

Por isso, observa-se a permanência nos assentamentos de alguns valores, como, por exemplo, os referentes à criação da “vaquinha”. O uso do diminutivo visa caracterizar o sustento e não demonstra a intenção de ampliação do rebanho, destinado ao corte. Esse interesse também é influenciado pelas características da terra que, na maioria, já estava preparada para o plantio de pasto ou possuíam uma área reduzida.

Nota-se que as famílias recriam alternativas, estratégias familiares, procurando manter a identidade camponesa, de pessoas que não esperam enriquecer lidando com a terra, mas almejam uma vida mais tranqüila, advinda da perspectiva da “terra que tudo produz, da terra mãe que não vai desamparar seu filho”.

Desta forma, os assentamentos segundo Gomes (1995, p. 36), também são resultado “de um processo de subjetivação” surgido a partir de componentes da memória, da experiência, do projeto familiar, bem como de expressões originadas da luta pela terra, no período de permanência nos acampamentos, quando enfrentam a necessidade de mudança de vida e na chegada aos assentamentos, que pode levar anos. Trata-se de um processo constante na sua inconstância.

O processo de construção do novo modo de vida que se dá nos assentamentos transcorre por momentos difusos. O primeiro passa pela necessidade de produção em maior quantidade, o que é sentido pelos assentados como uma pressão externa advinda, principalmente, do Estado e do mercado, que exigem das famílias um ajuste à competitividade altamente racional.

O outro momento pode ser caracterizado pela presença de motivações internas e subjetivas, as representações camponesas, que emergem em espaços de resistência a imposições de um projeto que é de outro, que não respeita o tempo interno da relação com outros homens e com a natureza na interação entre os sujeitos, relação esta permeada por sentimentos de reciprocidade e de cooperação que fortalecem a esperança e a dinâmica do desejo de permanência na terra. (GOMES, 1995, p. 34)

Desses dois momentos, resulta um conjunto de relações sociais marcadas pela ambigüidade. Ao contrário do que a leitura de Gomes (1995) poderia sugerir com a definição de “vida como obra de arte”, no assentamento, nota-se a *rebeldia-resistência*, mas também, a *acomodação-adaptação*, o surgimento de relações sociais democráticas imbricadas com outras de dominação e exploração. Um *novo modo de vida* e, ainda, uma *vida desencantada*.

Nesse sentido, o assentamento é também um processo subjetivo, é o espaço privilegiado para os recomeços que se iniciam com a transformação do lote em sítio, com os característicos nomes de santos, alguns lembrados nos momentos de intenso conflito, de medo, de insegurança; outros nomes parecem não ter muito significado, mas, na verdade, trazem uma marca, um sentido ligado a algum sonho, algum desejo voltado à qualidade da terra.

Diante da visualização de algumas características, verifica-se a presença mais ou menos profunda dos valores tradicionais criando os vínculos das famílias com a terra conquistada, mostrando a existência de diversas maneiras de viver nos assentamentos, às vezes de modo individual, semicoletivo ou coletivo. Em todas essas características, é percebida a presença do modo de vida da cidade e do campo.

Entretanto, há famílias nos assentamentos que convivem com graus maiores de transformações nas relações interpessoais e com a terra, apresentando uma fragilidade na ligação tradicional com essa terra como um lugar “seu”, de morada e de reprodução das relações de vizinhança, recebendo uma influência mais intensa dos princípios de produção capitalista, direcionados ao mercado.

Desta sorte, a vida transcorre e comporta dimensões do passado-presente e uma visão do futuro possível, indefinido, demarcando “as formas de construção, de recriação e de dissolução do campesinato”. Trata-se de processo influenciado por uma nova lógica que obriga à modernização e à inserção no mercado e se configuram os maiores conflitos no interior dos assentamentos, quando ocorrem importantes definições para a vida social, principalmente, diante de alguns arranjos familiares na procura de uma vida melhor.

Não há uma definição linear e única para a caracterização dos traços da vida camponesa nos assentamentos. As famílias vivem uma situação de dualidade entre a prevalência – em maior ou menor escala – de velhos e novos referenciais, variando em cada caso e em cada família, levando às mudanças de concepção de trabalho na terra e de relação com essa terra.

Em alguns momentos, as estratégias fortalecem os laços familiares e comunitários, que nas ações do cotidiano recolocam os referenciais da experiência. Estes são trazidos pela memória e transformados em *práxis* de um presente-futuro a estruturar as redes de relações sociais. Já em outros momentos, há o predomínio das estratégias que reforçam o interesse da família no processo de produção, com destaque para ações envolvendo decisões econômicas, buscando a produção em maior escala. Essas famílias vivem, portanto, uma situação relacional, uma vivência permeada por valores tradicionais e modernos.

Nessa vivência, há maior ou menor influência de valores tradicionais nas famílias, mas essa situação não ocorre facilmente ou de forma linear, sem resistências e acomodações; percebe-se que as pessoas vivem a complexidade da experiência e de seu saber-fazer, das ações que lhes são cobradas, das dificuldades do novo lugar.

Verifica-se que quando ocorre a assimilação de novas referências, tais como: o uso de certas tecnologias na produção, a escolha de determinada produção, enfim, as estratégias externas ao projeto familiar, diferentes daquelas aprendidas no modo de vida anterior, essa assimilação não é completa e exibe a resistência em busca da manutenção da autonomia ou de sua reconquista. Isso se revela nessa nova vida, enovelada por infinitas experiências, em que se destaca a ambigüidade da travessia, que até o momento não se completa e nem mesmo as famílias podem afirmar como se dará o desfecho desta vida-travessia.

As famílias demonstram as dificuldades em assimilar ou se adaptar às exigências e aos valores do mercado. Estas, direta ou indiretamente, apresentam objetivos direcionados à produção e ao consumo familiar, pois desenvolvem um trabalho familiar (com variados graus de integração de seus entes), por isso enfrentam obstáculos na comercialização de seus produtos, bem como no uso de mecanismos contábeis em termos monetários para controlarem com mais precisão suas atividades de produção agropecuária.

Isto comprova que a presença da experiência nas estratégias familiares, com conotações camponesas ou não, é resultado tanto da força dos vínculos com o passado rememorado, quanto dos problemas oriundos dos bloqueios impostos pelas regras do mercado e pelas normatizações do Estado, na construção de um projeto consistente de vida futura.

Portanto, as famílias estão, a todo o momento, sujeitas a diversos tipos de conflitos, que marcam a vida dessas pessoas ao buscarem um projeto de futuro possível, que traz implícito a inovação, mas também a conservação de alguns traços culturais da experiência camponesa e da própria memória individual e coletiva. Tanto que as histórias estão sendo escritas e, por isso, são ricas e marcadas pela ambigüidade, que se explicita pela incompletude, pela positividade e negatividade da vida nos assentamentos de reforma agrária.

Segundo Sartre (MÉSZÁROS, 1991), a vida se apresenta em movimentos espirais, nem sempre entendida em sua complexidade, porém, muitas vezes, esse não entendimento faz dela a procura constante de explicações, de respostas para o que não podemos responder, pois está em movimento, está se fazendo na história de cada família.

Mais uma vez reforça-se a imagem da travessia, enquanto forma e conteúdo de uma vivência social, pois notamos que o papel desempenhado pelos sujeitos – mulheres e homens – é mais incompreendido do que geralmente pensam.

A imagem ou representação da travessia pode ser encontrada em Galvão. A autora apresenta essa imagem da seguinte forma:

[...] A certeza mata e espolia. [...] “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. [...] A idéia de um presente que flui, em contraste com um passado e um futuro ilusórios e que impedem o fruir do fluir, reitera-se na associação a Diadorim: “Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo: – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é

num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?”. (ROSA, 1963 *apud* GALVÃO, 1986, pp. 130-131)

Com isso, reafirmar-se a idéia da ambigüidade. Ao contrário dos autores que, por vezes, reforçam a positividade, em contraposição a outros que reafirmam a negatividade como imagem/representação dos assentamentos. É necessário caracterizá-los como um fluxo ininterrupto entre o novo e o velho, entre uma margem e outra do rio, sem que se saiba ao certo em que ponto se está, se as famílias não serão empurradas pela correnteza para um ponto bem mais distante ou se estas serão trazidas de volta para o lugar de onde nunca conseguiram sair.

Considerações finais

A vida nos assentamentos poderia ser definida como moderna? Não traz também em si elementos arcaicos? Pois se, como diz Sartre, as famílias podem definir-se por aquilo que projetam, por uma imagem do futuro? É possível perguntar: o quanto de passado possui essa imagem do futuro? Não seria, talvez, esse futuro, uma viagem, uma volta ao passado, já que o tempo histórico não pode ser definido linearmente? Qual é a influência da representação camponesa?

Essas perguntas serão respondidas pelas próprias famílias no devir, não como algo definitivo, considerando as realidades e o modo de vida camponês, mas como uma travessia composta por representações camponesas que exploram os possíveis e criam oportunidades e possibilidades de permanência ou de ruptura do tecido social.

As famílias devem ser compreendidas no construir e no reconstruir de um projeto para o futuro, em um movimento entre antigas e novas referências, considerando a vida como uma travessia, sendo delineada diante do trabalho na terra e os esforços para nela permanecerem.

A terra de trabalho é a fonte de manutenção da vida camponesa, uma vez que possibilita a concretização do saber-fazer da mulher e do homem em busca de um futuro possível. Nesse novo espaço, o desejo de permanecer na terra se revigora e, ainda, surgem novos incentivos – a terra floresce, produz frutos, traz alimento com fartura –, pois uma condição melhor para viver se apresenta no horizonte das famílias.

A busca da concretização de seus sonhos se fortalece alicerçada nos padrões de ações diárias, no modo de vida, nas estratégias de resistência às imposições do mercado, do Estado e dos mediadores no interior do assentamento.

Portanto, as famílias vivem processos de construção, de recriação e de dissolução de traços da cultura camponesa, ora de continuidade, ora de descontinuidade, nos quais a ambigüidade é fator de destaque na longa trajetória de andanças dessas pessoas, migradas do campo para a cidade e que ao campo desejaram retornar.

Possivelmente, o projeto camponês é a vida em permanente construção-reconstrução, uma história que está sendo escrita todos os dias, nas lavouras, com os sonhos, nas relações de gênero, no espaço da casa, por famílias e grupos, um modo de vida se fazendo, se desfazendo e se reconstituindo no movimento de negação e afirmação de valores, vontades e necessidades.

Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das Terras de Promissão – SP. Cadernos CERU, série 2, n. 8. São Paulo: Humanitas – F.F.L.C.H/USP, 1997.
- ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GALESKI, Boguslaw. Problemas sociológicos de la ocupación de los agricultores. In: SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979a.
- _____. La organización social y el cambio social rural. In: SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979b.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. As formas do falso. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GOMES, Iria Zanoni. A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. (Tese). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1995, Doutorado em Sociologia.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2ª ed. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MÉSZÁROS, István. A obra de Sartre: busca da liberdade. São Paulo: Ensaio, 1991.
- ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Cotidiano: história(s), memória e narrativa. Uma experiência de formação continuada de professoras alfabetizadoras. In: GARCIA, Regina Leite. (org.) Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Artigo recebido em outubro de 2007
Artigo aprovado em dezembro de 2007